

UM PROJETO, VÁRIAS FACETAS: desdobramentos do Plano Agache em peças cartográficas urbanísticas do período 1928-1930

One project, several facets: ramifications of the Agache Plan in urban cartography, period 1928-1930

Thiago Santos Mathias da Fonseca | Arquiteto e Urbanista pela Universidade Federal Fluminense (UFF); especialista em Patrimônio Cultural pelo Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ); pós-graduando em Conservação e Restauração do Patrimônio Cultural Edificado pela Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ); atual chefe de serviço técnico do IPHAN-RJ.
E-mail: thiagosmfonseca@gmail.com Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2879179133428978>

Resumo

O Plano Agache do Rio de Janeiro constitui importante projeto urbano. Publicado em 1930, é apontado como precursor do formato do plano diretor no Brasil. Sua elaboração foi gradativa, pressupôs etapas preliminares de levantamento e acarretou instrumentos legais que concretizaram parte de suas diretrizes na região do Castelo antes mesmo da finalização do plano como um todo. Neste trabalho, pretende-se investigar três diferentes formatos de cartografia urbanística que o projeto adotou – aerofotogrametria, projeto de alinhamento e volume monográfico – bem como as razões para cada formato escolhido. Com breve explicação sobre cada tipo de peça gráfica, veremos que a análise desses produtos evidencia contradição da metodologia proposta por Agache e a atitude adotada pela Prefeitura, a qual, por força das circunstâncias que levaram à contratação do urbanista, implementou a proposta com ordem lógica alterada e, eventualmente, de maneira fragmentada, contrariando, assim, os princípios do próprio Plano.

Palavras-chave: projeto urbano; levantamento aerofotogramétrico; projeto de alinhamento; urbanismo; Plano Agache para a cidade do Rio de Janeiro

Abstract

Rio de Janeiro's Agache Plan is a significant urban project published in 1930. It is considered the predecessor of the master plan format in Brazil. Its drafting was gradual, presupposed preliminary survey stages, and brought about legal instruments that established part of its guidelines in the Castelo region even before its completion. In this paper, we aim to investigate three different formats of urban mapping that the project adopted (aerophotogrammetry, alignment design, and monographic volume) and the reasons for the choice of each one. After briefly explaining each type of graphic element, the analysis of these products shows a contradiction between the methodology proposed by Agache and the attitude adopted by the City Hall. Due to the circumstances that led to the hiring of the urban planner, the municipal government implemented the proposal with a modified logical order and, eventually, in a fragmented manner, thus contradicting the very principles of the plan.

Keywords: urban project; aerophotogrammetric survey; alignment urban project; urbanism; Agache's Plan for Rio de Janeiro.

Introdução: a construção de identidade nacional e de um vazio urbano

O modelo cafeeiro oligárquico no qual estava baseada a política e a economia brasileira do início do século XX passou a demonstrar desgaste após o fim da Primeira Guerra Mundial, quando a retração econômica oriunda do conflito se fez sentir de forma pungente junto às elites, que lançaram mão de sua influência no Governo para propor uma série de medidas visando estabilizar a economia (BUENO, 2003). Tal atitude fomentou descontentamento nos círculos políticos excluídos da aliança então existente entre São Paulo e Minas Gerais, bem como dos militares, que voltaram fortalecidos da Guerra. Assim, verificam-se nesse período várias contestações e instabilidades no sistema político vigente encabeçadas pelo Tenentismo, em eventos como a Revolução de 1923 no Rio Grande do Sul, a Revolução Paulista de 1924 e a Coluna Prestes (Ibidem).

Concomitantemente, a atmosfera de transformações reforçou o simbolismo relativo à construção da nacionalidade na medida em que provocou uma reinterpretação da história brasileira, de algum modo favorecida pela exacerbação do nacionalismo do Tenentismo (ibidem). Além das insatisfações políticas e econômicas, observa-se nesse período o início de um processo lento, porém constante, da alteração da economia brasileira, que passa a apresentar incursões mais significativas no campo da industrialização (Ibidem).

Em tal contexto, a lógica de construção de nacionalidade associada, na cidade do Rio de Janeiro, às reformas urbanas, desde a grande Reforma Passos, ganhou um novo impulso em 1922, quando aconteceu a Exposição Internacional do Centenário da Independência. O ano foi pontuado por ocorrências tidas como marcas do novo Brasil, como a fundação do Partido Comunista, o Levante dos 18 do Forte e a Semana de Arte Moderna (MOTTA, 1992, apud RIBEIRO, 2018). Com a Exposição, pretendia-se a exibição dos “progressos da nação e nossa potencialidade na promoção de intercâmbio cultural e comercial e, assim, valorizar nossos produtos e ao mesmo tempo trazer ao conhecimento do povo as novidades dos outros países” (MARTINS, 1987, apud RIBEIRO, 2018).

Nessa mesma conjuntura, a questão urbana assumiu papel protagonista. O prefeito da época, Carlos Sampaio (1920-1922), valendo-se da mobilização gerada pela Exposição, associou uma série de obras de melhoramentos da cidade às festividades de 1922 e à presença de várias delegações estrangeiras na capital. Percebe-se a ênfase na ideia de uma nova reforma urbana como potencializadora de uma imagem que se pretendia civilizada em moldes eurocêntricos. Em relação ao Rio de Janeiro, então capital federal, havia a expectativa de que seu espaço urbano representasse o arquétipo de um país que se modernizava:

Criar um Brasil moderno implicava construir um *locus* de modernidade, que não só servisse de guia e modelo para o resto do país, como também se tornasse o cartão de visita da “nova” nação junto ao mundo “civilizado”. É nesse sentido que entendemos [...] os acirrados debates que acompanharam a reforma do centro urbano da capital federal por ocasião das festas do Centenário (MOTTA, 1992, p.116)

Na preparação da cidade para a Exposição, foi feita uma série de intervenções, dentre as quais a de maior magnitude a demolição do Morro do Castelo na região central. O projeto já era discutido desde o século XIX; com a iminência do Centenário da Independência, o prefeito invocou a imagem do Morro como “‘dente cariado’ na linda boca que era a Baía de Guanabara” (RIBEIRO, 2018), associando-o ao atraso e utilizando-se do evento para legitimar seu desmonte. No vazio urbano correspondente à projeção da elevação e no aterro contíguo formado pela demolição do Morro do Castelo foram instalados os pavilhões da Feira inaugurada em 7 de setembro de 1922 e encerrada em 2 de julho de 1923, especialmente na área correspondente à atual Avenida Presidente Wilson, então batizada Avenida das Nações em função do evento.

A maioria das construções projetadas para a ocasião tinha caráter provisório, de maneira que, com o fim do evento, uma vasta área restou vazia em pleno Centro da cidade (figuras 1 e 2). A partir de então, iniciou-se

longo processo de (re) ocupação, cujo período mais significativo se estende até os anos 60. Nesse recorte, entre 1920 e 1926, houve para a região a promulgação de vários projetos de melhoramentos de recortes territoriais fragmentados, sem que houvesse consenso em relação às diretrizes mais amplas que deveriam ordenar a ocupação desse território (FONSECA, 2019). Os debates havidos então sobre o futuro da área do Castelo extrapolaram a esfera técnica e passaram a abranger discussões entre os leigos, sobretudo nos meios de comunicação de maior circulação (SILVA, L. 1996).

Essas controvérsias levaram a um entendimento de que o Rio de Janeiro necessitava de um planejamento geral: “Era uma obra necessária e inevitável” (Jornal do Brasil, 02/11/1926, apud SILVA, L. 1996). Com o intuito de oferecer a possibilidade de resolução da questão, no âmbito do Rotary Club, associação que agregava grande número de engenheiros e que fomentava discussões técnicas, Armando Godoy, engenheiro da prefeitura, sugeriu quatro nomes europeus para eventual contratação de um urbanista que seria encarregado de elaborar um projeto urbano de grande magnitude: Joseph Stubben, Edward Bennet, Léon Jaussely e Alfred Agache (GODOY, 1943), os dois primeiros ligados ao planejamento urbano herdeiro das cidades-jardins inglesas, e os dois últimos integrantes da tradição urbanística francesa do início do século XX, que Lamas (2007) denomina “Urbanismo Formal”. O escolhido foi o urbanista francês Alfred Agache. O entusiasmo em relação à decisão não foi consenso: “importaram o eminente urbanista monsieur Agache, porque a prata de casa não serve para empresas de tão grande importância [...] Vai ser um agachamento geral.”¹

Agache foi responsável pela elaboração do projeto urbano entregue em 1930 e considerado como o precursor no Brasil de um plano diretor (ALMEIDA, 2005), seja por seu formato, seja pela abordagem ampla do território urbano. A criação do plano envolveu algumas fases: as palestras proferidas pelo urbanista francês em 1927, nas quais sublinhou, entre outras questões, a importância de maior profusão de dados e de bases cadastrais confiáveis; o levantamento aerofotogramétrico realizado em 1928 utilizando tecnologia pioneira no país; os planos de alinhamento, que colocaram em prática, na esfera burocrática municipal, a nova configuração da área do Castelo; e, finalmente, o plano propriamente dito, em 1930. O processo de elaboração desse plano produziu formatos cartográficos urbanísticos distintos, cada um com seu propósito. As fotografias aéreas e plantas existentes no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro e na Biblioteca Nacional possibilitam investigar as intenções subjacentes a cada formato escolhido para representar o plano urbanístico.

A proposta do presente trabalho é justamente estudar tais intenções, comparando os tipos de representações gráficas adotadas à luz dos pressupostos teórico-metodológicos que basearam a elaboração do Plano Agache. No capítulo seguinte, veremos as reflexões urbanísticas que levaram à contratação de Alfred Agache, os princípios defendidos por ele e sua correlação com o processo de levantamento aerofotogramétrico empreitado pela prefeitura do Rio de Janeiro. No capítulo subsequente, será explicitada a elaboração do plano urbano que foi entregue por Agache em 1930, bem como sua efetivação por meio de projetos de alinhamento e as características desse tipo de projeto. Já na conclusão, iremos perceber que as diferentes peças gráficas publicadas entre 1927 e 1930, período correspondente à elaboração do plano, evidenciam inversão das fases propostas pela metodologia do Plano Agache em função do contexto político do final da década de 1930.

Uma visão monográfica da urbe e o levantamento aerofotogramétrico de 1928

Agache estava associado, na França, à corrente de pensamento que Lamas (2007) denomina “urbanismo formal”, intimamente ligada ao surgimento do urbanismo como disciplina acadêmica no contexto europeu. À parte questões de ordem volumétrica e formal, suficientemente exploradas pela historiografia desse campo do conhecimento, nota-se grande cuidado com a base cadastral que suporta o planejamento urbano.

¹ **Revista Fon-Fon.** Rio de Janeiro: edição 17, 23 de abril de 1927, p. 46.

Isso se explica na medida em que, para essa corrente, era essencial uma profunda análise da cidade, observando não apenas os aspectos físicos e morfológicos, mas também sociais, de forma a subsidiar a formulação das diretrizes de intervenção no espaço (GAUDIN, 2014). Tais dados se faziam necessários porque essa corrente não perseguia a cidade ideal, almejada pelo campo teórico da arquitetura e urbanismo desde o Renascimento, mas sim atuar na cidade existente com base em critérios fundamentados nos dados obtidos (Ibidem). Esses são apontamentos importantes para contextualizar a atuação do profissional francês e que permitem explicar o que o levou a recomendar de forma tão veemente a revisão das plantas cadastrais do Rio de Janeiro, como veremos adiante.

Em janeiro de 1927, Agache foi convidado oficialmente pela prefeitura do Distrito Federal a realizar uma série de palestras no Rio de Janeiro. Stuckenbruck (1996) aponta que a ideia da administração municipal era, desde o início, contratar Agache para a elaboração de um plano para a cidade. Corroborando essa hipótese a introdução do Plano Agache:

O Senhor Prefeito desejava, efetivamente, que as obras a serem empreendidas sob a sua administração, fossem englobadas num programa geral de remodelação que interessasse o futuro da cidade no seu conjunto, estabelecendo este último, de modo a ser continuado pelos seus sucessores. Mas para realizá-lo era preciso fazer levantar uma PLANTA DIRETRIZ de Extensão, de Remodelação e de Embelezamento. Esta planta, porém, só poderia ser estabelecida após ter convencido os cariocas da sua necessidade e do seu interesse. É em vista disso que antes de empreender um estudo tão importante, o Prefeito desejou que um técnico expusesse diante dele e diante do grande público, o programa do urbanismo e como devia ser especialmente considerado na capital do Brasil. (AGACHE, 1930, p. 3)

Lançando mão de sua experiência como professor para formular abordagem didática sobre o tema, Agache esforçou-se em suas palestras em fomentar uma ciência especializada no estudo de cidades, apresentando uma série de conceitos que davam suporte a ela. As conferências contratadas foram: “O Urbanismo e a Beleza das Cidades”; “Modelo para um plano de cidade - Várias fases de uma realização urbanista”; “Cidades tentáculos e cidades satélites. Solução para as cidades Jardim”; “Paris através dos anos”; “Como se ensina o urbanismo. Os novos métodos de foto ortografia, aplicados ao estudo dos planos de cidades”. Outras conferências fariam Agache a convite de sociedades civis. Apesar da barreira do idioma, as palestras tiveram livre acesso de público; algumas foram transmitidas por rádio, todas foram largamente divulgadas, e os convites eram reiterados não raramente até duas vezes por dia nos jornais com mais de uma edição diária (FONSECA, 2019). Todas as palestras foram objeto de resenhas com frequência estampadas nas primeiras páginas desses periódicos.

Na segunda conferência, ao elencar as fases para a elaboração de um plano urbano, Agache destacou a necessidade de uma base robusta de conhecimentos prévios em relação ao objeto de intervenção. As menções à interdisciplinaridade evidenciam o conhecimento monográfico – qual seja, intensivo, estatístico e multidisciplinar – da urbe como tributário de várias abordagens e políticas públicas que orientavam o crescimento urbano:

Qual é o arsenal de conhecimentos de que o urbanista deve se munir para estabelecer um bom plano de cidade?

Logo que a um homem do ofício se depara um problema urbanístico, cumpre que, primeiramente, ele examine a geografia do lugar. Essa geografia somente pode, contudo, interessar sob o ponto de vista das habitações e dos seus ocupantes; será o que se denominaria antropeo-geografia. Aí já intervém o sociólogo, pois é justo não nos esquecermos de que, em urbanismo, o que nos interessa é o agrupamento, a coletividade etc.

É necessário examinar a história da cidade no passado, pois, não o olvidemos nunca, o que já foi é um dos fatores a que se subordina o que tem de vir.

O urbanista deverá, em seguida, interpretar as estatísticas para prever o futuro da cidade e preparar seu crescimento, separando e acomodando as partes mais importantes das

aglomerações, cuidando das questões que dizem respeito à circulação, antevendo com largueza o seu futuro etc... (AGACHE, 1930, pp. 15-16)

Na quarta conferência, Agache abordou “a fotografia aérea e a planta das cidades”. Considerando suas falas anteriores, tornou a sublinhar a capital importância de um levantamento preciso e atualizado, correlacionando a grande escala de intervenção com o tecido urbano existente: “não se pode cortar uma cidade a torto e a direito, destruir uma igreja, um monumento público importante, construções recentes que representam avultados capitais. Ora, que fazer, se eles não constam nas plantas antigas?” (Ibidem, p. 30). Em seguida, criticou ferozmente a planta cadastral existente no Rio de Janeiro ao pontuar que sua base remontava a mais de trinta anos, portanto constituía instrumento inadequado para compatibilização de todas as disciplinas atinentes a um planejamento geral, haja vista que as informações poderiam apresentar vício de origem (Ibidem). De fato, as cartografias existentes haviam sido levantadas entre 1892 e 1900².

Nessa conferência, Agache discorreu sobre a aerofotogrametria, então chamada de foto-topografia, cujos dados seriam mais confiáveis que as formas tradicionais de levantamento.

A técnica constitui “medição planialtimétrica que utiliza fotografias métricas obtidas a partir de câmeras especiais embarcadas em aeronaves”³. Em 1855, o francês Gaspard Felix Tournachon patenteou a ideia da utilização de fotografias aéreas para fins de levantamento, contudo, apenas em 1858 foi realizada uma operação com esse escopo a bordo de um balão que sobrevoou Paris (SILVA, D. 2015). Não obstante as investidas nesse tipo de tecnologia, apenas em 1911 o resultado mais expressivo seria publicado, com montagem de fotos aéreas sobre Veneza no *Manuale di fotografia-telefotografia, topografia dal pallone*, escrito pelo capitão Cesare Tardivo (1911, apud SILVA, D. 2015). A partir da Primeira Guerra Mundial, fotografias aéreas foram usadas extensivamente para fins estratégicos e depois empresas privadas passaram a fornecer esse tipo de serviço com outras finalidades (Ibidem).

No caso do Rio de Janeiro, fotografias aéreas foram contratadas com o intuito original de gerar cartas cadastrais atualizadas da mancha urbana em 1928. Para tanto, ainda em 1927 foi solicitada ao Conselho Municipal “autorização para abertura de um crédito especial de 2.000:000\$ para custear as despesas com os serviços de levantamento da planta topográfica da cidade (...)”⁴. Não há menção direta às conferências de Agache, contudo o curto tempo decorrido entre a palestra acima mencionada, que aconteceu em 25 de julho de 1927 no Automóvel Club do Brasil (FONSECA, 2019), e a solicitação datada de 31 de agosto de 1927, bem como a requisição de recursos para nova contratação de Agache em 30 de agosto de 1927 (REIS, 1977), dessa vez para elaborar um projeto urbano para o Rio de Janeiro, permitem inferir a correlação entre as duas ações, que foram paralelas.

A concessão de crédito não foi imediata (MENDES, 2014), e ocorreu somente em 5 de janeiro de 1928, por meio do Decreto nº 3.268, em termos que vale transcrever:

Artigo único. Fica o Prefeito autorizado a abrir um crédito especial até a importância de dois mil contos de réis (2.000:000\$) para, mediante concorrência pública, mandar proceder ao levantamento e organização da Carta do Distrito Federal pelos mais modernos métodos foto-topográficos com os detalhes concernentes à planimetria e à altimetria, execução dos desenhos resultantes do referido levantamento e demais documentos relacionados com o serviço em questão, de modo que o conjunto de tais trabalhos possa se prestar às múltiplas necessidades da administração, inclusive as de registro de propriedade e as de lançamento de imposto territorial, sendo todos os desenhos organizados nas escalas convenientes, a juízo da Prefeitura e sob condições expressas de absoluta fiscalização e garantia; revogam-se as disposições em contrário.⁵

² O Paiz. Rio de Janeiro: ed. 15.931, 02 de junho de 1927, p. 9.

³ Disponível em: <https://www.baseaerofoto.com.br/o-que-e-aerofotogrametria/>; acesso em 29/03/2023.

⁴ Jornal do Brasil. Rio de Janeiro: ed. 208, 01 de setembro de 1927, p. 10.

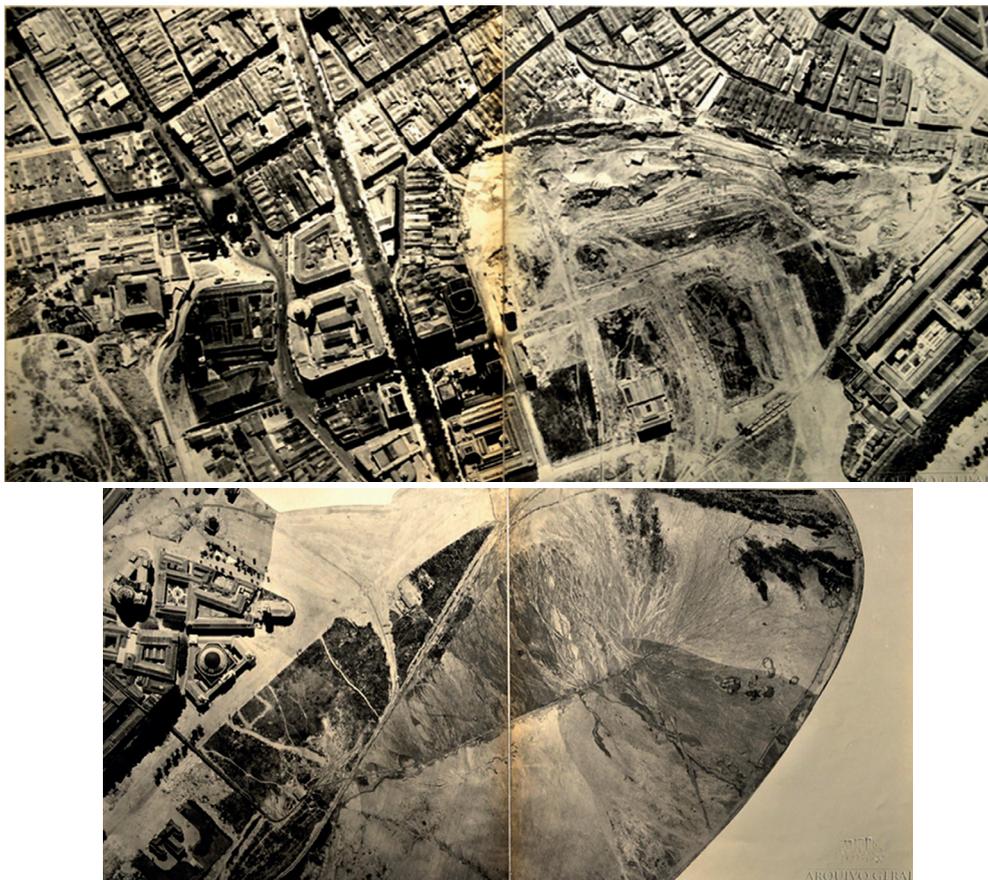
⁵ Collecção de Leis Municipaes e Vetos. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1929, vol. 52, p. 11.

Já o pedido de liberação de recursos para a contratação de Agache foi acatado em novembro de 1927 (SILVA, L. 1996), e o contrato de projeto, efetivado em 8 de fevereiro de 1928 (FONSECA, 2019).

Mendes (2014) destaca que a imprensa local repercutiu tanto os trabalhos de levantamento aéreo quanto as acusações de fraude que teriam acompanhado o edital. Pontua também a eventual ausência de material referente à transposição das fotografias para a elaboração de plantas cadastrais propriamente ditas⁶ após tratamento e processamento (triangulações, ancoragens etc.). As aerofotos estão disponíveis no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, e compõem série dentro do fundo da Diretoria de Secretaria do Gabinete (BR+RJ.AGCRJ.PDF.DSG.AER.01), na qual consta sua publicação em agosto de 1928.

Apesar da importância dada por Agache aos levantamentos precisos da cidade para subsidiar o processo de elaboração do projeto urbanístico, é difícil afirmar com precisão até que ponto o material foi utilizado no processo projetual. As contratações de ambos os serviços – as aerofotogrametrias e o plano urbano – deram-se com poucos meses de diferença, de modo que por um tempo transcorreram de maneira paralela. Como veremos adiante, também em 1928 começaram a circular as primeiras imagens e foram adotados os primeiros dispositivos legais que colocaram em prática aspectos do projeto urbano idealizado por Agache e sua equipe no território carioca. Frente ao que já vimos, e supondo a circulação de informações dentro dos círculos técnicos da Prefeitura, não seria descabido aventar a possibilidade de que as fotogrametrias já tratadas para representação ortogonal, porém, ainda sem serem tratadas como planta cadastral (ver nota de rodapé 6), tenham sido uma das bases sobre as quais foi esboçado o projeto.

Figuras 1 e 2- (abaixo) Área vazia sob o Morro do Castelo; (acima) aterro do Calabouço. Ambas fazem parte do levantamento aerofotogramétrico de 1928, e foram publicadas em agosto do mesmo ano.

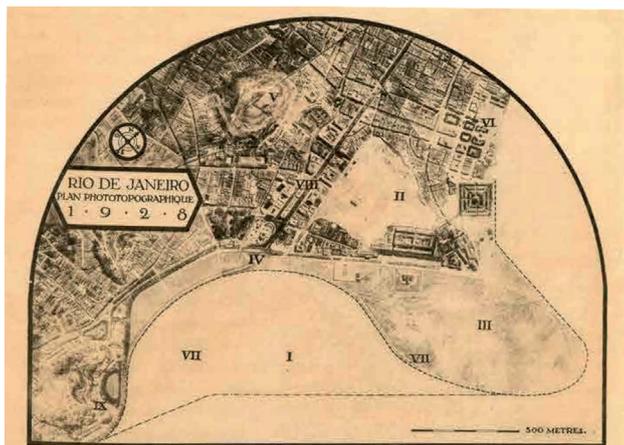


Fonte – Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, cod. referência BR+RJ.AGCRJ.PDF.DSG.AER.01.20 e BR+RJ.AGCRJ.PDF.DSG.AER.01.21, respectivamente.

⁶As fotografias passavam por tratamento que buscava diminuir distorções para alcançar uma representação ortogonal. Depois do processo, o material bruto era redesenhado indicando as construções, lotes e vias, resultando em mapa que é denominado “planta cadastral”.

Algumas figuras constantes na versão final do plano publicado em 1930 corroboram essa hipótese. Ao apresentar imagens referentes à cidade, o volume faz referência na página 159 a um *plan phototopographique* (planta fototopográfica) com uma representação ortogonal derivada de uma tomada aérea em que está inscrito o ano de 1928 (figura 3). Logo depois, montagens de outras imagens, também aéreas, cruzam perspectivas oblíquas e o arruamento proposto (figura 4); no solo, figura a marcação do arruamento, diferente da planta fototopográfica, o que indica momento ligeiramente posterior, talvez a partir do último quartel de 1928. Assim, é possível que o material do levantamento tenha sido paulatinamente agregado pela equipe técnica ao desenvolvimento do projeto urbano.

Figuras 3 e 4- (acima) "Plan Phototopographique"; (abaixo) imagem aérea com projeção dos arruamentos propostos. Ambos constam no Plano Agache.



Fonte – AGACHE, 1930, pp. 159 e 161, respectivamente.

Independente da extensão exata da utilização da base, sua contratação não pode ser dissociada do contexto da circulação das novas ideias urbanísticas no cenário carioca da década de 1920, consolidada com a vinda de Agache, primeiro para proferir palestras em 1927, e depois para a elaboração do projeto propriamente dito, entre 1928-1930. Este, parcialmente simultâneo ao levantamento aerofotogramétrico, ganhou configurações gráficas distintas de acordo com as fases de sua implementação na área do antigo Morro do Castelo, como veremos.

Elaboração do Plano Agache: os projetos de alinhamento e o produto final

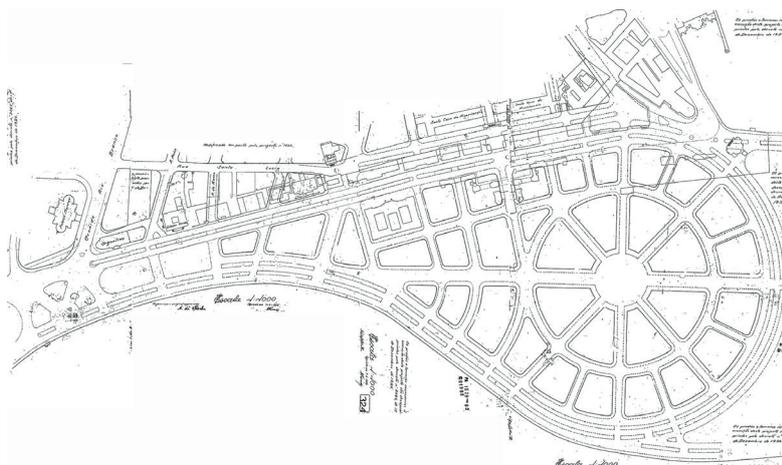
Após a assinatura do contrato de 1928, Agache regressou ao Rio de Janeiro em 3 de maio do mesmo ano (FONSECA, 2019). Em entrevista à imprensa local⁷, explicou que já vinha elaborando um esboço de projeto no seu escritório em Paris junto com estagiários de arquitetura discentes da Escola Nacional de Belas Artes, entre eles Attilio Correa Lima, que futuramente participaria da elaboração de projeto para Goiânia⁸, e que havia trazido de Paris duas maquetes de apoio para os estudos. A notícia suscitou críticas na imprensa de engenheiros que não viam com bons olhos o início dos estudos sem a participação expressiva do corpo técnico nacional e em território estrangeiro (Ibidem).

Se durante o ciclo de palestras de 1927 Agache adotou postura didática para discussão de várias questões afetas à disciplina de Urbanismo, o mesmo não aconteceu no início do desenvolvimento do Plano. Durante os anos de 1928 e 1929, os periódicos começam a veicular grande insatisfação quanto à falta de transparência do processo de elaboração do projeto e ao fato de não ser consultada ou envolvida a população. A falta de informações fez ser questionada a real utilidade da presença do urbanista na cidade:

Meu illustre commandante,-2
Na vossa argucia eu me fio,
Para dizer-me n'um instante:-x
Que faz Agache no Rio?⁹

Tais queixas foram reforçadas quando, em 26 de junho de 1928, o então prefeito do Distrito Federal, Antônio da Silva Prado Júnior, homologou o Decreto n. 2.830, que revogava o Projeto de Alinhamento (PAA) 1.528 (figura 5) vigente desde 1924, porém, não efetivado, para a esplanada criada em lugar do antigo Morro do Castelo. O decreto aprovava novo arruamento, porém sem dar maiores informações sobre seus detalhes; desenhos ilustrativos só seriam disponibilizados ao grande público dois meses depois¹⁰. Tratava-se do Projeto de Alinhamento 1.791, modificado em 2 de outubro do mesmo ano pelo PAA nº 1.805 (figura 7), o qual estabeleceu o desenho da ocupação da área já de acordo com o que vinha sendo elaborado por Agache, mesmo antes da finalização do Plano. O novo alinhamento tinha configuração muito similar ao da versão final do projeto.

Figura 5 – Projeto de Alinhamento nº 1.528. As ruas circulares se dariam no aterro resultante do Morro do Castelo (comparar com a figura 2).



Fonte- Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (Secretaria Municipal de Planejamento Urbano), com junção pelo autor das plantas referentes ao PAA 1805.

⁷ **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro: ed. 10220, 06 de maio de 1928, p. 2 - "Voltou hontem ao Rio o professor Agache".

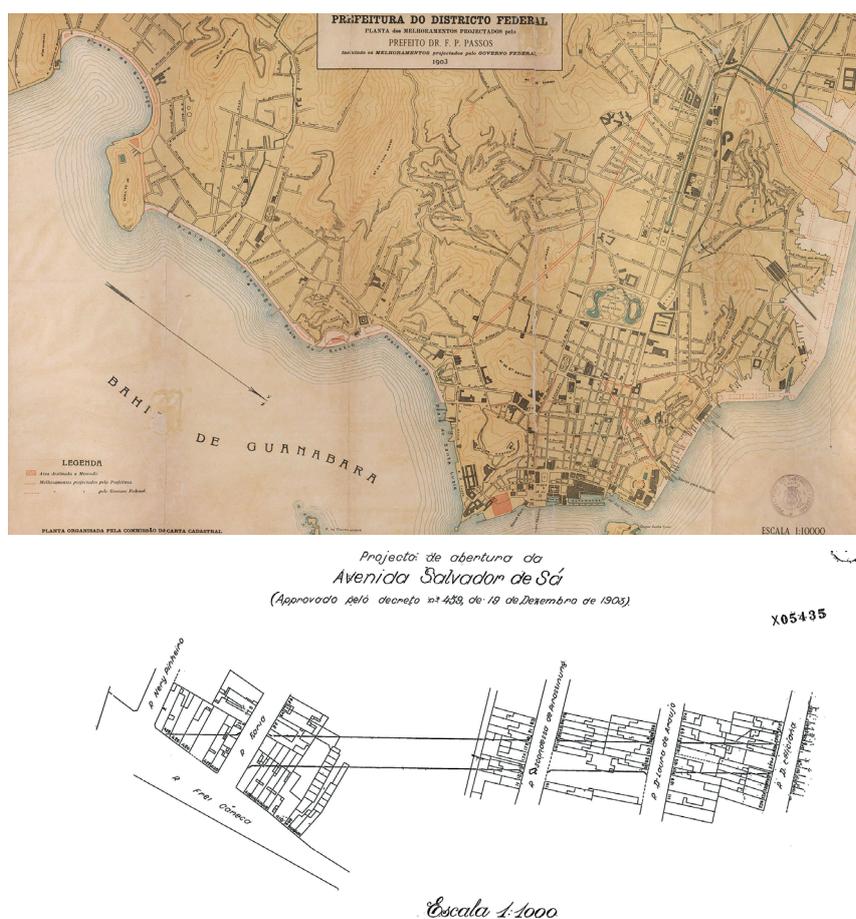
⁸ Attilio foi responsável pelo primeiro projeto de construção de Goiânia, contudo, após rompimento com o Governo de Goiás, a proposta foi reelaborada por Armando Godoy para ser implementada no território (DAHER, 2009).

⁹ **O Malho**. Rio de Janeiro: ed. 1.373, 05 de janeiro de 1929, p. 58.

¹⁰ **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro: ed. 10307, 14 de outubro de 1928, p. 1 - "O Rio de Janeiro Futuro".

Antes de aprofundar a reflexão a esse respeito, é necessário um aparte em relação a esse tipo de peça gráfica. Segundo o *site* da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano do Rio de Janeiro, por definição “contém o traçado das vias públicas (ruas, travessas, avenidas, etc.), e estabelece os limites entre essas vias e as propriedades privadas”¹¹. Assim, em linhas gerais, esse tipo de imagem traduz um planejamento de recorte da malha de arruamento previsto para a cidade. Peças similares a essa não eram estranhas ao repertório de planejamento urbano carioca do século XIX, que tendia a propor intervenções fragmentadas no tecido urbano; contudo, apenas no início do século XX, com a reforma de Pereira Passos, tais representações foram padronizadas mediante numeração e convenção gráfica que permanecem quase inalteradas até hoje (CORTADO, 2018).

Figuras 6 e 7- (acima) Planejamento geral proposto pela Comissão da Carta Cadastral; (abaixo) primeiro projeto de alinhamento (PAA) carioca nesse formato de que se tem registro.
O PAA, em escala maior, possibilita a operação urbana.



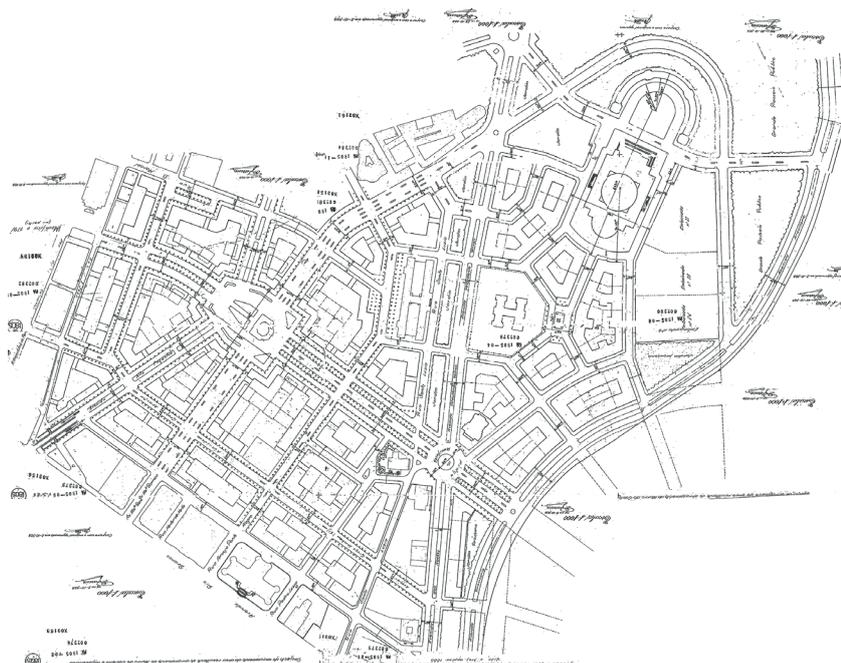
Fonte – (respectivamente) DISTRITO FEDERAL, 1903; (abaixo) Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (Secretaria Municipal de Planejamento Urbano), PAA 1.

O primeiro projeto de alinhamento do Rio de Janeiro no formato que conhecemos atualmente foi desenvolvido no âmbito dos melhoramentos propostos pela Comissão da Carta Cadastral do Distrito Federal (DISTRITO FEDERAL, 1903). Arelados a uma perspectiva mais ampla das necessidades da urbe, mas sem alcançar ainda a dimensão global e monográfica proposta por Agache, um planejamento geral foi proposto com vistas à abertura de ruas (figura 6). O plano de 1903 traduziu-se em dezenas de projetos de alinhamento os quais, em função da escala, melhor elucidam as minúcias da intervenção, apontando eventualmente necessidades de desapropriação e demolição (ver exemplo da figura 7). Tais projetos posteriormente foram aprovados por meio do Decreto nº 459, de 19 de dezembro de 1903¹².

¹¹ Disponível em: <https://carioca.rio/servicos/acervo-de-imagens-paa-pal/>; acesso em 28/03/2023.

¹² **Collecção de Leis Municipaes e Vetos**. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1911, vol. 14.

Figura 8 – Projeto de Alinhamento nº 1.805, que garantiu, em momento inicial, a aplicação do plano em elaboração por Agache na esplanada do Castelo.



Fonte – Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (Secretaria Municipal de Planejamento Urbano), com junção pelo autor das plantas referentes ao PAA 1805.

Ao assumir o formato de um projeto de alinhamento (figura 8), o projeto urbanístico em elaboração pela equipe de Agache buscava dar resposta mais imediata à ocupação do terreno vazio sob a projeção do Morro do Castelo e o aterro do Calabouço resultante do seu desmonte. Entre 1925 e 1926, a gestão do então prefeito Alaor Prata abriu hasta com o intuito de leiloar os terrenos livres da região de acordo com o alinhamento vigente à época (o mencionado PAA 1.528, figura 5), porém a tentativa fracassou (FONSECA, 2019). Estava, portanto, colocada a necessidade de retorno dos altos investimentos feitos na remodelação começada para a Exposição de 1922 e jamais terminada em sua integralidade em função do que já vimos na introdução deste artigo. Possivelmente, teve influência também o intenso acompanhamento do projeto por parte da imprensa nacional.

Assim, diferentemente do que foi feito na comissão de 1903, e contradizendo a própria metodologia proposta por Agache, aprovou-se o Projeto de Alinhamento nº 1.791 em 26 de junho de 1928 por meio do Decreto nº 2.830¹³, invertendo, dessa forma, a ordem de planejamento – em vez do geral para o específico, o específico foi priorizado. Com esse projeto, as intenções formais desenvolvidas no âmbito do plano em elaboração se tornaram legalmente passíveis de implementação no território. O recorte escolhido para tanto foi a área sob a antiga projeção do Morro do Castelo, na qual constam os elementos mais característicos do plano, tais como as amplas avenidas, as galerias de pedestres, a ocupação perimetral e monolítica dos quarteirões e a modelagem volumétrica do espaço, conferindo às quadras miolos livres.

Como mencionado anteriormente, no mesmo ano, pouco mais tarde, foi promulgado o PAA 1.805 (figura 8), que retificava parcialmente o PAA 1.791. A mudança mais expressiva é o recorte: sem alterar as proposições do projeto de alinhamento antecedente, acrescentava à área de abrangência o aterro do Calabouço, estendendo para ele a mesma lógica proposta anteriormente. Para o PAA 1.805, não foi identificado decreto de ratificação, ainda que nas pranchas conste aprovação em 2 de outubro de 1928: considerando não ter havido mudanças relevantes, e tendo em vista os termos genéricos do Decreto nº 2.830, é possível

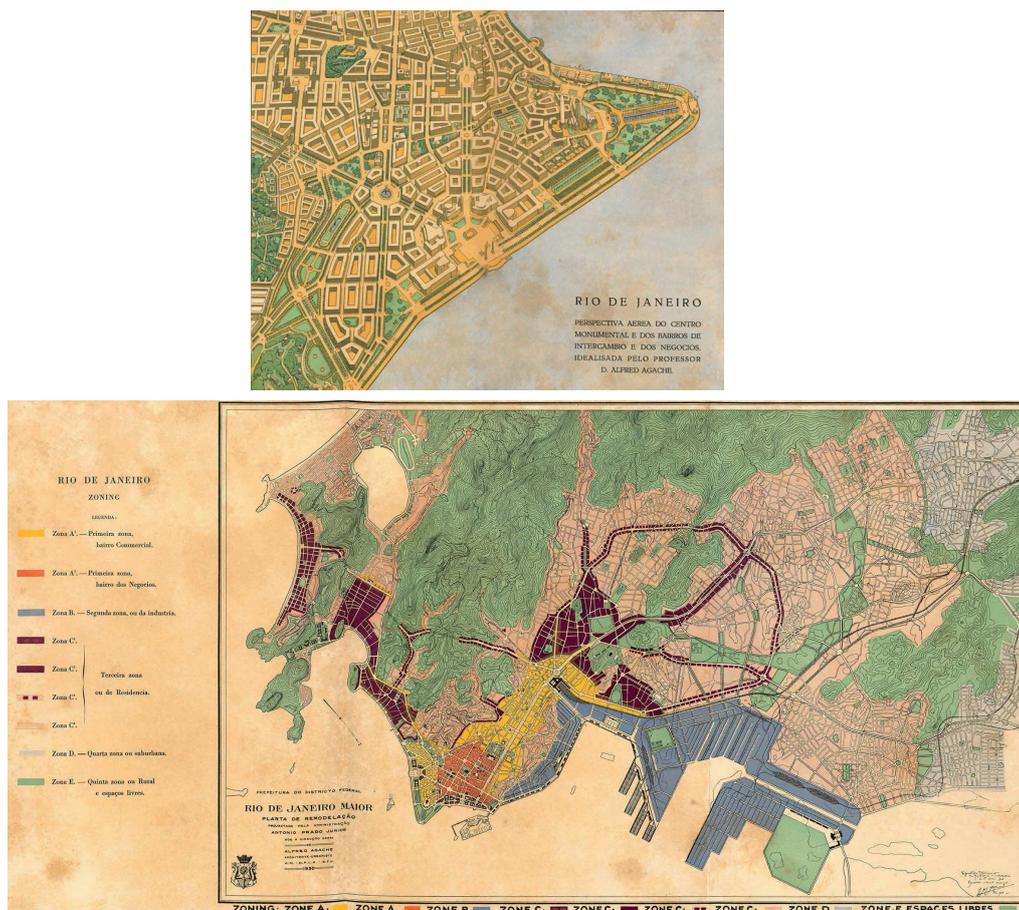
¹³ **Colleção de Leis Municipais e Vetos.** Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1929, vol. 52, p. 591.

que a alteração tenha se dado de forma administrativa dentro da própria Secretaria de Obras e Viação. Até o presente momento, contudo, não foram localizados documentos ou publicações na imprensa que corroborem essa hipótese.

Após polêmicas de plágio e críticas ao processo (FONSECA, 2019), a versão final do Plano Agache foi entregue à prefeitura em outubro de 1930, pouco antes do início a Era Vargas (SOARES, 2021). Apesar das diretrizes de arruamento, parcelamento e modelamento da região do Castelo estarem asseguradas pelo PAA 1.805, o produto apresenta, de forma ampla e detalhada, um diagnóstico da situação, e faz proposições de políticas de planejamento urbano baseadas em conhecimento multidisciplinar e monográfico da cidade. Por isso, diferente do projeto de alinhamento, aqui há lugar para representações gráficas que fogem da precisão e utilizam abstrações e esquemas que fornecem uma ideia genérica do conjunto, como pretendia a metodologia proposta na sua elaboração.

Nesse sentido, a perspectiva aérea do centro monumental (figura 9) ilustra bem a diferença de escopo das representações. Nela menos importam as delimitações entre o público e privado, o arruamento, o formato dos lotes e dos edifícios; antes, o aspecto geral da volumetria do tecido urbano tem maior proeminência. Nunca é demais lembrar que a tradição urbanística francesa do primeiro quartel do século XX conferia grande importância à modelagem da cidade, de modo a alcançar determinados aspectos estéticos para a urbe (FONSECA, 2019).

Figuras 9 e 10 – (acima) Perspectiva monumental aérea do Castelo segundo o Plano Agache; (abaixo) zoneamento proposto pelo mesmo Plano.



Fonte – AGACHE, 1930, respectivamente p. 158 e pp. 220-222.

Outras peças adotam escala mais abrangente. Veja-se, por exemplo, a planta que delinea o zoneamento funcional para os bairros cariocas (figura 10): o enquadramento abarca parte significativa da mancha urbana existente à época, apresentando as vias de maneira geral. A ênfase é dada às manchas e setores, sem prejuízo à representação do suporte geomorfológico.

Assim como aconteceu com o PAA 1.791, a aplicação do Plano Agache requereu sua ratificação por meio de decreto municipal. Após a entrega do projeto em 1930, obedecendo a uma das suas recomendações, foi formada a Comissão do Plano da Cidade com o fito de avaliar sua implementação na realidade concreta do território, inclusive frente ao novo contexto de descontinuidade política após o início da Era Vargas (FONSECA, 2019). O parecer da referida Comissão foi favorável e, em 10 de maio de 1932, foi promulgado o Decreto nº 3.873, o qual determinou o seguinte:

Fica adoptado como plano diretor desta Cidade o que foi elaborado pelo urbanista Alfred Agache em virtude de contrato feito com a Administração Municipal, devendo subordinar-se ao seu esquema e linhas fundamentais às suas indicações com relação à composição, limites e destino das diferentes zonas em que se divide esta Capital, todos os melhoramentos, transformações e edificações levadas a efeito nesta Cidade. (DISTRITO FEDERAL, 1932)

O dispositivo legal previa ainda eventuais ajustes por parte da Prefeitura frente à realidade concreta do território. Destaca-se, portanto, que a versão final do Plano seria um esquema geral para guiar o planejamento do espaço com os subsídios de instrumentos complementares que garantiriam a aplicabilidade dos princípios mais amplos aos casos específicos. Não obstante, com as descontinuidades e instabilidades políticas na prefeitura, esse planejamento foi paulatinamente desrespeitado até 30 de junho de 1934, quando o Decreto nº 4.923 revogou o anterior Decreto nº 3.873.

Figura 11 – Zona do Castelo em 2021. Em vermelho, estão indicadas as quadras resultantes de projetos de alinhamento da década de 1930 que efetivaram a implementação do desenho urbano proposto por Agache através do PAA 1.805; em verde, os ministérios construídos na Era Vargas, que seguem modo de ordenamento à parte; em amarelo, parte das quadras de ocupação ordenada pelo PAA 3.085.



Fonte – FONSECA, 2019, p. 203.

A revogação não significou, contudo, o fim definitivo da aplicação dos princípios propostos por Agache. Ainda que o plano como um todo já não tivesse respaldo legal, o PAA 1.805 continuou vigente até a publicação do PAA 3.085 em 6 de dezembro de 1938, que mudou substancialmente a maneira de ocupação da esplanada do Castelo. Nesse ínterim, foram formulados vários projetos de alinhamentos menores naquela região, bem como projetos de alinhamento que especificavam as diretrizes para cada quadra. Tais instrumentos foram os responsáveis por possibilitar a efetiva implantação do Plano Agache nas quadras da área central do Rio que guardam até hoje parte da massa edificada prevista (figura 10).

Considerações finais: um plano, várias naturezas

O Plano Agache de 1930 constitui material complexo que foi apresentado à sociedade em várias etapas. Sua elaboração está associada à necessidade de profundo conhecimento da situação da urbe, que forneceria as possibilidades e limitações de intervenção no território construído. Esse pressuposto, bem como a influência de Agache, nem sempre ganham a atenção devida nos trabalhos – aliás muito poucos – que mencionam o levantamento aerofotogramétrico contratado para o Rio de Janeiro em 1928¹⁴. Trata-se de importante documento cartográfico, de tecnologia pioneira no país, que possibilitou maior precisão na representação cadastral do espaço físico do Distrito Federal, e por anos constituiu a base sobre qual trabalharam os técnicos da municipalidade até sua atualização no final da década de 1930.

A etapa de fotogrametria, conforme vimos anteriormente, pode ter subsidiado parcialmente a elaboração do projeto urbano. O próprio projeto, porém, teve sua sequência lógica invertida na medida em que os projetos de alinhamento para a região do Castelo foram promulgados na expectativa de suprir as lacunas de ordenamento em um grande vazio urbano que sofria pressão especulativa. Pensados para efetivar em perspectiva mais ampla e mais detalhada um planejamento de diretrizes gerais de grande abrangência, foram esses alinhamentos os responsáveis por assegurar, ainda que parcialmente, o traçado urbano proposto por Agache, na medida em que o produto final de 1930 teve vida curta e logo foi revogado.

Apesar das discontinuidades políticas, admite-se, principalmente a partir do último quartel do século XX, que o Plano Agache exerceu forte influência no cenário urbanístico carioca, ainda que sua implantação no território tenha se dado de maneira limitada e fragmentária. Paradoxalmente, os vestígios que hoje ainda se verificam na região do Castelo foram fruto, como já dito, de uma sequência de estratégias em contradição com a metodologia proposta pelo urbanista francês, que ia de um levantamento preciso, possivelmente empregado só parcialmente no processo projetual, até a preconização de recortes territoriais menores por meio de PAA's. Essas diferentes formas de representação gráfica compõem mosaico que evidencia os desafios de intervenção na magnitude que alcança a escala urbano-regional: tais problemas, apesar de investigados neste trabalho no período temporal das décadas de 1920-1930 com enfoque no Plano Agache, permanecem profundamente atuais.

Referências

AGACHE, Alfred. *Cidade do Rio de Janeiro: Extensão, Remodelação e Embellezamento*. 1 ed. Paris: Foyer Brésilien, 1930. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or1355316/or1355316.pdf; acesso em 04/08/2018.

ALMEIDA, Daniel Valter de. Plano Agache: a cidade do Rio de Janeiro como palco do 1º plano diretor do país e a consolidação do Urbanismo no Brasil. In: Encontro de Geógrafos da América Latina, 10., 2005, São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, Departamento de Geografia, 2005. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/02.pdf>; acesso em 26/10/2019.

¹⁴ Ver, por exemplo, STUCKENBRUCK, 1996; ALMEIDA, 2005; MOREIRA, 2007.

BUENO, Eduardo. *Brasil: uma história*. 2. ed. rev. São Paulo: Ática, 2003, pp. 328-338.

CORTADO, Thomas Jacques. *À Beira da Cidade: política e poética da urbanização no Jardim Maravilha, "lo-teamento proletário" da Zona Oeste carioca*. Tese (Doutorado em Antropologia Social)- Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018, 623 pp.

DAHER, Tânia. O projeto original de Goiânia. *Revista UFG*. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, ano 11, n. 6, junho de 2009, pp. 77-91.

DISTRITO FEDERAL. *Melhoramentos da cidade projetados pelo prefeito do Distrito Federal, dr. Francisco Pereira Passos*. Rio de Janeiro: Typographia da Gazeta de Notícias, 1903, 9pp. Disponível na Biblioteca Nacional sob cód. de referência cart802251.

_____. Decreto n. 3.873, de 10 de maio de 1932. Manda observar como Plano Director, o "Plano de Remodelação da cidade do Rio de Janeiro", elaborado pelo professor Alfred Agache. In: *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, edição 111, 1932.

FONSECA, Thiago Santos Mathias da. *Permanências do Plano Agache: discussão, formação e prática da disciplina de Urbanismo no Rio de Janeiro (1927-1945)*. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura e Urbanismo. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2019, 262 pp.

GAUDIN, Jean-Pierre. *Desenho e Futuro das Cidades: uma antologia*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Rio Book's, 2014.

GODOY, Armando Augusto de. *A Urbs e os seus Problemas*. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio – Rodrigues & Cia, 1943.

LAMAS, José M. Ressano Garcia. *Morfologia urbana e desenho da cidade*. Porto: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 4 ed., 2007, pp. 79-111 e 231-281.

MENDES, Ricardo. S.A.R.A. Brasil: restituindo o Mapa Topográfico do Município de São Paulo. *Informativo Arquivo Histórico de São Paulo*, ano 10, nº 37, dez. 2014. Disponível em: <http://www.arquivohistorico.sp.gov.br>; acesso em 12/03/2023.

MOREIRA, Fernando Diniz. Urbanismo e modernidade: reflexões em torno do Plano Agache para o Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. ANPUR: [S.l.], v. 9, n. 2, p. 95, nov. 2007. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/184/168>; acesso em 26/10/2019.

MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz cem anos: a questão nacional no centenário da independência*. Rio de Janeiro: Editora FGV: CPDOC, 1992. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6770/113.pdf?sequence=1&isAllowed=y>; acesso em 20/09/2020.

REIS, José de Oliveira. *Rio de Janeiro e seus Prefeitos: Projetos de alinhamento*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, volumes 1-2 (Projetos de Alinhamento) e volume 4 (Evolução Urbanística da Cidade), 1977.

RIBEIRO, Fernanda de Azevedo. A Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil de 1922 e a cidade do Rio de Janeiro: suas representações nas mídias. in: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. 15., 2018, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://even3.blob.core.windows.net/anais/83080.pdf>; acesso em 08/09/2019.

SILVA, Daniel Carneiro da. Evolução da fotogrametria no Brasil. *Revista Brasileira de Geomática*. Pato Branco: Universidade Tecnológica Federal do Paraná, v.3, n. 2, jul/dez. 2015, pp.081-96.

SILVA, Lúcia. A trajetória de Alfred Donat Agache no Brasil. In: *Cidade, povo e nação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996, pp. 397-410.

SOARES, Felipe José Beserra. *As influências do Plano Agache na construção do espaço urbano-industrial do Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2021, 223 pp.

STUCKENBRUCK, Denise Cabral. *O Rio de Janeiro em Questão: O Plano Agache e o Ideário Reformista dos Anos 20*. Rio de Janeiro: Observatório de Políticas Urbanas – IPPUR – FASE, 1996, 136 pp.

TARDIVO, Cesare. *Manuale di fotografia-telefotografia, tofotografia dal pallone*. Turim: C. Pasta, 1911

Recebido em 03 março 2023
Aprovado em 26 maio 2023.